

CINCO PERGUNTAS PARA ALVES FILHO por Luís Rodolfo Cabral

LUÍS RODOLFO CABRAL: Em sua apresentação no *ENMEL* (Encontro do Mestrado em Letras, promovido pela Universidade Federal do Piauí) deste ano, o senhor se disse preocupado com a necessidade de se ampliar a noção de texto a fim de se considerar as produções em ambientes multimodais, como por exemplo, o *Twitter* e o *Facebook*. É que, de um lado, teríamos a imposição um novo comportamento frente a um texto, determinando formas outras para a leitura, em busca de um fio que conduza a tessitura textual; e, de outro, teríamos um leitor que seja proficiente na leitura desses textos. É esse segundo ponto que eu gostaria de focalizar. Para o senhor, esses novos espaços para a produção e circulação de texto cria e também exclui um determinado perfil de leitores?

ALVES FILHO – Novas tecnologias de informação e comunicação associadas a novas necessidades sócio-comunicativas e mudanças culturais normalmente exercem modificações nas formas como lemos e produzimos textos. No caso da internet e dos computadores pessoais estamos assistindo a mudanças bem marcantes, pois mais pessoas estão lendo e escrevendo e estão fazendo isso com uma intensidade e periodicidade que não havia até então. De um modo geral, penso que tem havido mais inclusão do que exclusão de perfil de leitores, pelo menos do ponto de vista quantitativo, uma vez que crianças, jovens e pessoas de renda mais baixa possuem perfis nas redes sociais e interagem cotidianamente via textos escritos. Como os aplicativos de internet oferecem uma interação amigável, no geral não há dificuldade para aprender novas formas de ler e escrever, contudo, muitas capacidades de leitura típicas dos textos impressos continuam sendo necessárias não meio eletrônico. Concordo com Pierre Levy quando diz que os hipertextos não são tão diferentes dos textos impressos quanto se imagina. Algo que precisa ser investigado – eu não tenho dados sobre isso – é se a leitura de periódicos científicos – quase todos hoje disponíveis *online* – incluiu mais leitores. O que salta à vista é a quantidade de gente nas redes sociais, mas é necessário ver se em instâncias de caráter institucional tem havido um fluxo maior de gente lendo e produzindo textos.

LUÍS RODOLFO CABRAL: O quadro teórico da Linguística de Texto vem incorporando elementos da Análise de discurso, posicionamento assumido inclusive por Ingedore Koch, em obra conjunta com Mônica Cavalcante e Anna Christina Bentes. Entretanto, ao mesmo tempo em que recorre a determinadas categorias discursivas, a Linguística de Texto rejeita outras. Como o senhor entende essas aproximações e distanciamentos entre as duas disciplinas, e de que forma o senhor entende que uma possa estar a serviço da outra?



Littera Online

ALVES FILHO – Texto e discurso são dois fenômenos empíricos indissociáveis já que não há texto que não veicule algum discurso, digo um posicionamento avaliativo, e nem há discurso que não se materialize em algum texto, seja ele verbal ou não. Agora a LT e a AD são duas ciências claramente distintas, com objetivos distintos e uma história também claramente distinta e, como ocorre com toda ciência, a demarcação de terreno é uma preocupação sempre constante, o que talvez explique os distanciamentos a que você se refere. Continua havendo certa repulsa entre as duas correntes, embora alguns linguistas de texto (como Marcuschi e Koch no Brasil) com menos receio incorporem certas categorias da AD. Por outro lado, certas críticas feitas por analistas de discurso ao conceito de texto não são mais válidas para o que defende atualmente a LT, haja vista que o conceito de texto foi bastante alargado, tanto assim que há quem fale de texto/discurso. Mas não sou muito otimista quanto às duas correntes servirem uma à outra. A AD busca interdisciplinaridade com a história, a psicanálise; já a LT recorre mais à cognição e a retórica, ou seja, elas se buscam muito pouco.

LUIS RODOLFO CABRAL: Ainda sobre a questão anterior, considerando que o processo de referenciação é uma estratégia discursiva de construção de objetos de discursos, que marca um posicionamento em relação a um referente, não seria também proveitoso reivindicar para os estudos da Linguística de Texto a noção de formação discursiva, que precede a própria produção do texto?

ALVES FILHO - A noção de formação discursiva, por ser preponderantemente de natureza ideológica, não tem interessado muito à LT, cujas preocupações nos últimos tempos têm sido mais de natureza socio-cognitiva. Pessoalmente acho que a noção de dialogismo (sobretudo aquela de caráter bakhtiniano) permite relativizar alguns postulados sobre a referenciação, sobretudo a ideia de que os objetos de discurso são criados durante a produção de um texto. Fiz um artigo (*Referenciação e dialogismo*, Revista Linguagem em (dis)curso) defendendo que, em parte, os objetos de discurso adquirem estabilidade discursiva nas formações discursivas (embora eu não tenha usado este termo). Acho que a noção de formação discursiva pode ser útil como um elemento analítico para a LT, mas dificilmente vai ocupar um lugar central nesta corrente tendo em vista que tratam de objetivos analíticos diferentes. A formação discursiva pode ser um bom elemento contextualizador para a LT, mas não creio que ela ocupará um lugar central em suas pesquisas.

LUÍS RODOLFO CABRAL: Recentemente o senhor publicou um livro direcionado para os profissionais de Letras, mais especificamente para os professores de língua portuguesa da educação básica. Trata-se de um trabalho pouco comum na academia que parece fomentar trabalhos voltados para ela mesma. Tomando a experiência profissional que antecede e que motiva a publicação deste livro, como o senhor entende esse diálogo pouco constante entre a universidade e a educação básica?

ALVES FILHO – As universidades brasileiras têm um grande débito com a educação básica justamente pelo fato de raramente dialogarem com ela. E falo de diálogo no sentido de falar e ouvir. Fazemos muitas críticas às escolas mas vamos pouco até elas e ignoramos práticas renovadoras. Precisamos aprender a divulgar as pesquisas numa linguagem acessível ao público não-especialista, ou seja, precisamos ainda aprender a conversar com a sociedade sem o pretencioso jargão linguístico. A minha experiência na construção do livro *Gêneros Jornalísticos no Ensino Fundamental* (Editora Cortez,

Littera Online

São Paulo) foi bastante rica para mim porque a coordenadora da coleção, professora Anna Bentes, por vários momentos me exigia usar uma linguagem menos tecnicista e mais acessível ao grande público. Foi aí que descobri que falar para o grande público exige muito mais de nós do que falar para os pares na academia: com os colegas podemos revozear o mesmo palavreado acadêmico; com o público leigo precisamos compreender os conceitos de modo mais rigoroso para que possamos traduzi-los no interior da mesma língua. Felizmente, algumas editoras brasileiras possuem atualmente algumas coleções voltadas para os professores da educação básica, o que tem exigido de nós, pesquisadores, projetos de escrita diferentes daqueles aos quais estamos acostumados a produzir.

LUIS RODOLFO CABRAL: Um dos objetos recorrentes em seus estudos é o gênero editorial. É sabido que os gêneros refletem aspectos da sociedade em que circulam. Tendo em vista que o senhor pesquisou tanto os editoriais da *Folha de São Paulo* quanto os editoriais do *Meio Norte*, jornal que circula na capital piauiense, o que os editoriais destes dispositivos revelam das duas capitais?

ALVES FILHO – A rigor, eu diria que os editoriais tanto refletem quanto refratam as realidades nas quais estão inseridos. O que nossas pesquisas mostraram é que os editoriais reverberam claramente as relações institucionais mantidas entre, por um lado, as empresas jornalísticas e as esferas de governos e, por outro, entre as empresas jornalísticas e o conjunto de leitores. No caso do Jornal Meio Norte, as relações da empresa com os sucessivos governos estaduais são marcadas por muita proximidade, cumplicidade e prestação de contas, o que nos levou a dizer que o interlocutor privilegiado dos editoriais do Jornal Meio Norte é o próprio governo e que ele parece ser escrito para ser lido nas ante-salas do poder estadual. Já os editoriais da Folha de S. Paulo visam uma interlocução mais direta com o conjunto de leitores, com a presença de um esforço enunciativo para convencer os leitores de que o jornal possui independência político-partidária. Análises mais acuradas, entretanto, terminam mostrando que a Folha, embora não demonstre uma preferência político-partidária, deixa transparecer uma recusa político-partidária. Por outro lado, os editoriais do Jornal Meio Norte não conseguem refletir a complexidade educacional de Teresina, uma cidade com índices educacionais surpreendentes em certos aspectos, e termina supondo um conjunto de leitores com baixo nível de letramento. É curioso em Teresina o fato de a mídia de rádio e TV discutir com mais criticidade e aprofundamento os temas sociais do que a mídia impressa. Talvez os jornais escritos se dirijam mesmo aos governos de plantão. Os editoriais da Folha cumprem convictamente a defesa de certos ideários políticos e ideológicos, como liberdade de imprensa, liberdade de mercado, democracia eleitoral, muito mais conformando a opinião das classes médias do que questionando visões de mundo.

FRANCISCO ALVES FILHO é professor da Universidade Federal do Piauí. Possui Pós-Doutorado e Doutorado em Linguística pela UNICAMP. É coordenador do *Cataphora*, Grupo de Pesquisa em Texto, Gênero e Discurso.